

“FAZER ARTES E VIVER DE OFÍCIOS”: TRABALHO, LIBERDADE E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE MANUEL RAYMUNDO QUERINO (1851-1923)ALESSANDRA FROTA MARTINEZ DE SCHUELER¹**Introdução**

O trabalho integra uma investigação, em andamento, sobre projetos de educação e de reformas sociais em disputa no processo de abolição e pós-abolição no Brasil, veiculados por destacados intelectuais negros atuantes no período, muitos dos quais imersos na luta abolicionista e nos movimentos republicanos. No caso específico do texto busca-se analisar as concepções e propostas do intelectual baiano Manuel Raymundo Querino (1851-1923), privilegiando como fontes os seguintes suportes de escrita: produção escrita pelo autor (artigos em jornais e livros), memórias e biografias sobre sua experiência e a historiografia especializada sobre o tema. Para a investigação das suas experiências como intelectual atuante na esfera política e nos debates públicos, consideramos fundamental a reflexão teórico-metodológica de François Sirinelli a respeito dos intelectuais e as redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003, p. 231-269). Nessa perspectiva, o intelectual é caracterizado a partir de seu engajamento político e cultural em espaços e redes plurais e diversificadas. Ou seja, para o autor, o intelectual engajado é tanto aquele que escreve e produz conhecimento, ideias e representações sobre o mundo social, quanto aquele que atua no sentido de intermediar, divulgar e intervir em prol de determinadas questões e concepções no contexto em que se move (SIRINELLI, 2003, p. 262). Cabe salientar, como resultado parcial do estudo, a emergência de um pensamento educacional marcadamente elaborado a partir de representações sobre a sua própria experiência como artista, professor e intelectual negro na cidade de Salvador. Nos textos que escreveu sobre educação há clara apropriação de determinados modelos de formação, por meio dos quais se valorizava a instrução primária, artística, técnica e profissional e a educação de um novo homem, integrado à civilização, ao progresso e aos paradigmas de valorização do trabalho como meio digno para a liberdade humana. A análise da trajetória de Manuel Querino nos evidencia que, apesar da violência da escravidão, das discriminações raciais e das interdições legais à escolarização de escravos e

¹ Doutora em Educação (2002) e Mestre em História (1997) pela Universidade Federal Fluminense. Professora e pesquisadora em História da Educação na Faculdade e no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação na mesma instituição.

libertos ao longo dos Oitocentos, os intelectuais negros estiveram presentes na disputa entre os vários projetos políticos de educação e de reformas sociais no processo de abolição e no pós-abolição.

A partir dos estudos chamados de micro-históricos, como os de Giovanni Levi², Carlo Ginzburg³ e Natalie Davis⁴, apresenta-se a possibilidade de pensar no indivíduo em sua vasta gama de relações. Como adverte Jacques Revel (1998), a trajetória de um indivíduo permite ao historiador recompor e pensar questões mais gerais, relativas às relações familiares, de formação escolar/acadêmica, às estratégias de socialização e de ação no mundo. Adriana Barreto de Souza argumenta que este tipo de estratégia analítica proporcionou uma renovação na história social, num intenso diálogo com a antropologia:

Os lugares por onde um personagem circulou, o modo como agia em relação às pessoas e o que decidia, lhe permitiam dar continuidade, reelaborar ou romper com relações herdadas, além de lhe dar a chance de tecer novas alianças... Cada indivíduo acha-se inserido em redes de dependência, estando sujeito às contingências da experiência. Essas redes constituem uma conduta – como modo de articular e expressar interesses, aspirações e sentimentos – e engendram práticas concretamente negociadas frente a um campo de possibilidades. Daí também a rediscussão do conceito de contexto. O contexto é sempre o lugar por excelência de um jogo relacional onde a ação de sujeitos históricos efetivos, agindo, é capaz de propor encaminhamentos que a priori não estariam dados. (SOUZA, 2007, p. 32)

Estudar biografias e trajetórias de vida implica reconstruir a “estrutura da rede” na qual este indivíduo está inserido e age. Isto nos ajuda a nos manter alerta, do ponto de vista teórico-metodológico, para os perigos e as armadilhas da “ilusão biográfica”, conforme orientou Pierre Bourdieu (FERREIRA; AMADO, 1996). Seguindo as propostas do sociólogo, compreendemos que, ao estudar as biografias, devemos estar atentos para afastarmos a construção de uma cronologia unidirecional, a criação de um “eu” coerente e constante, com um “destino manifesto”. É preciso considerar que as ações, escolhas possíveis, decisões, permanentes mudanças e deslocamentos de um indivíduo, nos dão a dimensão da complexidade dos condicionamentos da experiência, da pluralidade dos campos de possibilidades e contextos móveis existenciais, e percepção de que conflitos e tensões

²Ver LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 167-182.

³ Ver GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*: São Paulo, Companhia das letras, 2006; GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de “Il Retorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis.” In *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

⁴DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

caracterizam, não apenas a trajetória de um sujeito histórico, mas o próprio movimento da história (LEVI, 1996, p.170).

Outra perspectiva teórica adotada se refere ao uso da categoria **negro**, em sentido contemporâneo, conforme o termo tem sido construído pelos movimentos negros no Brasil, como marca da escravidão africana e de reivindicação identitária (MATTOS, 2009, p.34). Isto não significa que ignoramos o fato de que as designações de cor estiveram sujeitas às clivagens sociais, às desigualdades e às hierarquias da sociedade escravista, o que implica em considerar e interpretar, no processo de pesquisa, as várias designações de cor historicamente em disputa.⁵ De acordo com Hebe Matos, a categoria pardos foi construída no final do período colonial, e abrangia mais do que mulatos e mestiços (estes últimos ligados à ascendência africana) (MATTOS, 2002, p. 14-15). As designações de cor e as representações sobre a raça foram construídas historicamente, atravessadas pelas ambiguidades jurídicas e sociais e pela diversidade da experiência dos africanos (escravos, libertos, livres) no Brasil escravista. Ao mesmo tempo, *coisa e pessoa*, no caso do escravo, tais ambivalências se expressavam, evidentemente, no âmbito das relações sociais cotidianas e desencadeavam indefinições e tensões permanentes em toda a hierarquia social.

Com essas ferramentas teórico-metodológicas, iniciamos o estudo sobre a trajetória de Manuel Querino, compreendendo-o como intelectual e educador, formulador de projetos de reformas sociais e de educação nos anos de 1870 a 1933. Incluía-se entre os intelectuais que pensaram a inserção social do negro nas políticas públicas, no processo de abolição e no pós-abolição. Suas vivências como artista, pintor decorador, professor, político e abolicionista, mesclaram-se, dando forma aos seus projetos de organização para o Brasil. Suas propostas estiveram pautadas na conjugação das reformas da educação primária, artística e profissional, vinculadas às ideologias liberais sobre a dignificação do trabalho técnico, científico e industrial, a civilização e o progresso nacionais, em voga na segunda metade do Oitocentos.

Anos de formação e trajetória intelectual

⁵ Segundo Mattos (2002, p. 23), em meados do século XIX, a simples tentativa de introduzir a categoria “cor” nas primeiras experiências de recenseamento da população imperial gerou protestos generalizados. Um primeiro regulamento para instituição do registro civil de nascimento e óbito (1850) gerou revoltas armadas em vários municípios do Nordeste, baseadas na crença de que o regulamento - apelidado de “Lei do Cativo” - teria por objetivo escravizar a “gente de cor”.

Manuel Querino nasceu no dia 28 de julho de 1851, na cidade de Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Segundo a maior parte dos seus biógrafos, ficou órfão de pai e mãe bem cedo, aos 4 anos, vítimas da epidemia de cólera que assolou a região em 1855, foi acolhido por uma vizinha (CALMON, 1973; LEAL, 2009). Sem condições de ampará-lo, a mulher direcionou-se a Salvador, ao Juiz de Órfãos que, por sua vez, nomeou o Dr. Manuel Correia Garcia seu tutor⁶. De grande notabilidade pública, Correia Garcia foi quem o possibilitou a sua inserção no mundo das primeiras letras e lhe ensinou o ofício de pintor.

Em 1868, por volta dos 16 ou 17 anos, Querino viajou para o Piauí, onde foi recrutado para a Guerra do Paraguai. Porém, notada suas habilidades com a escrita, ficou no Rio de Janeiro, exercendo a função de escriturário em seu Batalhão. Serviu ao Exército Brasileiro, tendo sido promovido a cabo de esquadra, em março de 1870. Em outubro deste mesmo ano, Querino conseguiu baixa do serviço militar. Retornou a sua terra natal em 1871⁷. Aos 20 anos, passou a trabalhar como pintor-decorador em obras de construção civil durante o dia, enquanto estudava à noite. Ingressou nos estudos preparatórios do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, no qual integrou o grupo de alunos fundadores. Também iniciou seus estudos de francês e português no Colégio Vinte e Cinco de Março. Como aluno do Liceu de Artes e Ofícios, recebeu distinção nas cadeiras de francês e português e conquistou prêmios pelo empenho acadêmico, como medalhas de bronze, prata e ouro. Anos mais tarde, assumiu o cargo de professor da instituição e lecionou, gratuitamente, a cadeira de Desenho Industrial até as vésperas da sua morte, em 1923. Pela instituição, recebeu a nomeação de lente de desenho geométrico e o diploma de Sócio Benemérito. (TEIXEIRA BARROS, 1916)

Enquanto trabalhava e estudava, Manuel Querino iniciou sua inserção na vida política e no movimento trabalhista. Em 1876, envolveu-se na criação da Sociedade Liga Operária Bahiana. Exercendo o cargo de secretário, aprofundou sua aproximação com os diversos segmentos sociais e políticos, uma vez que lhe era designada a função de intermediar negociações com os trabalhadores, os empreiteiros particulares e os poderes constituídos. A

⁶Manoel Correia Garcia, bacharel em Direito, lente da Escola Normal de Salvador, onde assumiu as cadeiras de aritmética, desenho linear e caligrafia, e professor no Colégio de Órfãos de São Joaquim, idealizador e fundador do Instituto Histórico da Bahia, deputado provincial em duas legislaturas pelo Partido Liberal, conselheiro municipal e membro do Conselho Superior da Instrução Pública. Professor em primeiro grau diplomado pela Escola Normal de Paris, sócio-correspondente da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes, sócio efetivo do Conservatório Dramático. Atuante nas áreas da instrução pública e jurisprudência escreveu *Aplicação Moral, Política, Biographia de D. Romualdo* e a tese em latim, sobre a *Pena de Morte*, trabalho que lhe proporcionou o diploma de doutor em filosofia pela Universidade de Tübingen, Alemanha.

⁷Quando Querino retornou da guerra recebeu apoio do seu padrinho, o Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, então chefe do Partido Liberal na Província da Bahia.

Liga atuou na defesa dos interesses dos artífices da construção civil em face dos arrematantes capitalistas, que monopolizavam as obras e serviços, precarizando o trabalho e o valor da mão-de-obra.

Durante o período em que frequentou o Liceu de Artes e Ofícios, aproximou-se de seu mestre, o pintor espanhol Miguel Navarro y Cãizares, a quem ajudara a conceber a Academia de Belas Artes, participando da criação e instalação em 1877. Querino diplomou-se, em 1882, como Desenhista. Deu continuidade aos seus estudos a fim de diplomar-se arquiteto, porém não concluiu a formação. Anos depois, no ano de 1885, foi nomeado membro do júri na Exposição da Escola de Belas Artes. Como tarefa do curso de arquitetura, escreveu uma memória para ser apresentada no Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro, em 1883, na qual estudou possíveis “Modelos de casas escolares adaptadas ao clima do Brasil”. Como professor de Desenho Industrial no Liceu de Artes e Ofícios, e mais tarde, no Colégio de Órfãos de São Joaquim, elaborou dois livros didáticos destinados ao uso das escolas primárias, os quais foram aprovados e adotados no município de Salvador, por deliberação do Conselho Municipal de Instrução Pública.

Nos anos de 1870 e 1880, Querino atuou na imprensa e escreveu vários artigos abolicionistas na *Gazeta da Tarde*, jornal no qual era redator, de propriedade de Panphilo de Santa Cruz. Por ocasião do aniversário de dez anos do Liceu de Artes e Ofícios, em 1882, teve oportunidade de assistir a uma conferência de José do Patrocínio (LEAL, 2009). Depois do evento, seguiu-se uma série de conferências abolicionistas, realizadas no Liceu e patrocinadas pelos editores da gazeta.⁸ *A Província e O Trabalho* foram periódicos fundados por ele, tendo o primeiro circulado ainda no Império, entre os anos de 1887 e 1888, e o último, nos anos iniciais da República, em 1892.

Configurados como espaços de sociabilidade, Leal aponta para a prática comum de artistas e operários de engajarem-se em mais de uma Sociedade beneficente, profissional ou religiosa, como ocorreu com Manuel Querino. Integrou e/ou participou ativamente das seguintes: Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Tororó, no cargo de escrivão (1884), Sociedade Monte Pio dos Artistas (1894), Sociedade Beneficente Auxílio Fraternal, como

⁸Neste período, Querino casou-se com Cecília do Espírito Santo Querino, com quem teve quatro filhos: Maria Anátides Querino, Manoel Querino Filho, Paulo Querino e Alzira Querino. Experimentou a morte precoce de seus filhos Paulo e Alzira e de sua esposa. Viúvo, em 1887, casou-se com Laura Pimentel Barbosa, com quem não teve filhos.

Presidente da Assembleia Geral (1898). Também assumiu funções na Sociedade Propagadora de Bellas Artes, quando integrou a mesa administrativa da Irmandade do Rosário dos Pretos, no cargo de “definidor”. (LEAL, 2009). Em 3 de maio de 1894, foi criado o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, fundação que contou com a sua presença.

Empenhado na militância no movimento operário e acreditando na garantia de inclusão política, Querino, junto a outros artistas e operários, fundou o Partido Operário em 1890, já com o regime republicano instaurado. Aliado ao Partido Operário foi nomeado Conselheiro Municipal, tendo a sua primeira investidura como intendente na legislatura de 1891 a 1892. Em 1897 voltou a atuar no Conselho Municipal, desta vez, por meio de eleição popular. Em 1899, não conseguindo se reeleger Conselheiro Municipal afastou-se da política partidária, voltando sua atenção ao funcionalismo público, ao magistério, à pesquisa sobre os costumes e as culturas africanas na Bahia e à produção escrita.⁹

Funcionário da Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, Manuel Querino participou da Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro, como um dos delegados da Bahia. Apresentou críticas à participação de seu estado no Congresso, pela ausência de prestígio da produção nativa. Segundo ele, as obras de artistas baianos não tiveram o tratamento merecido, não ocorrendo, de fato, a difusão da arte e da indústria regionais (QUERINO, 1913: 42-43). Indignado com o fato, defendeu a inserção de artistas locais, ex-alunos da Escola de Belas Artes, do Colégio dos Órfãos de São Joaquim e da Marcenaria Baiana.

Entre os anos de 1903 e 1923, Querino produziu a maior parte de seus textos e obras. Em 1916, foi realizado o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, evento em que apresentou o trabalho *A raça africana e seus costumes na Bahia*. No texto, ressaltou a importância do trabalho do africano e de seus costumes na construção da nação brasileira. No mesmo ano, publicou outro trabalho, que reuniu artigos e crônicas sobre as tradições culturais que caracterizavam a Bahia, intitulado de *A Bahia de Outr’ora – vultos e factos populares*.

⁹ Em 1895, Querino passou a fazer parte do corpo docente efetivo do Colégio dos Órfãos de São Joaquim e da Escola de Belas Artes, como professor de Desenho Linear. No mesmo ano, foi nomeado para a Repartição de Obras Públicas, na qual assume a função de auxiliar de desenhista, tendo permanecido no cargo até 1916. Durante o tempo em que atuou na secretaria, exerceu atividades de amanuense, escriturário, de contabilidade, sem nunca conseguir promoção. (LEAL, 2009: 94-95).



Publicou também, em 1918, o livro *O colono preto como fator de civilização brasileira*, no qual reafirmava a importância do negro africano no processo civilizatório do país.¹⁰

Educar pela arte para a dignidade do trabalho: artes, ofícios, instrução e liberdade

Intelectual que teve sua militância em favor do africano, do negro, do operário, voltado para a valorização do trabalho como importante instrumento de desenvolvimento do país, amante das artes, segundo Leal, Manuel Querino considerou a educação o meio possível de atingir o tão desejado mundo da civilização e do progresso.

Em sua luta pela educação, defendeu a democratização do ensino, afirmando ser dever do Estado a sua oferta às classes populares. Indignou-se contra a exploração do ensino pelos colégios e cursos privados, inacessíveis aos trabalhadores, crianças e jovens pobres. Em seus artigos e livros denunciou o alto índice de analfabetismo em que o país estava mergulhado, sempre alertando para o desinteresse do estado em investir na instrução pública.

Decepcionado com a República, uma vez que acreditava no cumprimento dos ideais de igualdade e universalização dos direitos políticos e sociais aos cidadãos, especialmente, aos ex-escravos, argumentava:

É o asfixiamento das classes menos favorecidas da fortuna, pelo preconceito em antagonismo com o regime republicano. Sob qualquer pretexto fecha-se uma escola pública. A falta de frequência pode ser oriunda da péssima colocação da escola, fora do centro mais populoso ou por desídia do professor. Pois bem: não se procura remover a dificuldade; fecha-se a escola, o mestre fica em disponibilidade ganhando para trabalhar.

As crianças, porém, perdem porque são abandonadas à prática do vício ou ao exercício de vendedores ambulantes de “queimados” e bilhetes de loterias (Querino, *As Artes na Bahia*, 1913, p.35).

Manuel Querino, em vários textos, posicionou-se criticamente em face das medidas republicanas de fechamento dos tradicionais Arsenais de Marinha e de Guerra, no quais as crianças, jovens e órfãos pobres, nos tempos do Império, recebiam instrução primária e formação para um ofício. Na Bahia, exigiu dos sucessivos governos estaduais explicações para a falta de recursos orçamentários para o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas

¹⁰Além dos trabalhos citados, Querino publicou os textos didáticos *Desenho Linear*, *Desenho Geométrico*.

Artes, instituições que, segundo ele, perderam o brilho e a força que tinham adquirido nos anos de 1870 e 1880 na formação de jovens artistas e trabalhadores.

Contrastava as omissões existentes no país em relação ao problema educacional com a ação incisiva e bem articulada de países como os Estados Unidos da América e, até mesmo, nas possessões africanas dos ingleses, principalmente Lagos e Serra Leoa. Mostrava-se conectado com os debates transnacionais sobre a educação de ex-escravos e negros no bojo dos processos de abolição e no pós-abolição. Referia-se às ideias e ações educacionais de Booker Washington¹¹ como um modelo para pensar a respeito da proposição de uma sólida formação técnica e profissional, visando à reconfiguração das relações de trabalho no país. Segundo ele, em vários estados, especialmente, após a Guerra Civil, a instrução primária teria sido valorizada e difundida entre a população, bem como havia investimento em todos os níveis de ensino, situação que contrastava com a percepção produzida sobre a experiência e a realidade nacional.

Ao longo do século XIX, as ideias liberais, articuladas com a busca pela “modernidade”, “civilização” e “progresso”, estiveram presentes nos projetos políticos e concepções pedagógicas de formação do povo. Nesse sentido, a justificativa de que o Brasil não conseguia alcançar o tão desejado mundo moderno e civilizado era corrente entre os intelectuais e estava pautada na construção de representações sobre a precariedade do nosso sistema educacional. A partir desses diagnósticos, o professor Querino defendeu com insistência a educação artística, técnica e profissional, visando uma formação para o trabalho, que habilitasse o cidadão ao exercício de um ofício digno e de uma profissão livre. Para ele, o trabalho era *“a pedra angular do mundo moderno; é a alavanca do progresso ao serviço da humanidade; o agente infatigável de todas as civilizações”*.

Em sua produção escrita, sobressai a militância pela ampliação do ensino do desenho e da aritmética nas escolas primárias baianas, pois considerava esses saberes como condição para o

¹¹Booker Tagliaferro Washington (1856-1915), ex-escravo, nasceu na cidade da Virgínia, nos Estados Unidos da América. Foi uma das principais lideranças negras norte-americanas no pós-abolição. Defendeu a educação técnica e qualificada para profissionalização da população negra. Como educador, transformou uma pequena e pobre escola num reconhecido centro de formação para o trabalho - o Tuskegee Institute -, no qual procurou articular desenvolvimento intelectual, profissional e a constituição de uma “cultura moral” para os negros americanos. Representou um dos projetos educacionais em disputa, advogando concepções que contrastavam com propostas de formação superior e de inserção dos negros nas humanidades e nas ciências, por meio da democratização do ensino superior, como as defendidas por W. Du Bois, por exemplo.



alcance do progresso das artes, dos ofícios e da indústria. Mais do que isso, acreditava na hipótese de que esses conhecimentos seriam indispensáveis a todo cidadão, independente de sua posição de classe e raça:

Tudo é fixado na imaginação por meio de um cálculo; tudo obedece ao traço de um desenho.

Na educação de uma mulher tem aplicação o desenho, em todos os trabalhos: corte de vestidos, bordados de qualquer espécie, enfeites de toda a natureza, onde a quadrícula é objeto indispensável. (Querino, *As Artes na Bahia*, 1916, p.52)

“Não se pode estar dentro da civilização e fora da arte” - com essas palavras de Ruy Barbosa, Manuel Querino se posicionou como artista, educador e intelectual, militando intensamente em favor das artes e de toda produção artística. Denunciou o asfixiamento dos artistas e trabalhadores brasileiros, devido ao descompromisso público com a educação especializada, com o trabalho qualificado e com a garantia dos direitos de cidadania e liberdade.

Considerações finais

A breve análise aqui apresentada, referenciada na produção escrita desse intelectual negro, levou em conta o estudo de sua trajetória de vida, interesses, realizações na carreira, atividades públicas, na medida em que compreendemos que essas são relações que se desdobram na pluralidade e na complexidade das lutas sociais das populações negras no processo de abolição e pós-abolição. Compreende-se que a autonomia do campo intelectual é sempre relativa – mesmo aqueles intelectuais que procuram se distanciar dos problemas mundanos e das questões políticas, vistos por eles como não relacionados ao trabalho intelectual, inevitavelmente, produziram obras que são parte de uma experiência social mais ampla. Essas obras são, portanto, históricas e, a despeito das intenções de seus autores, suas idéias vivem no terreno material das relações humanas (BOURDIEU, 2005). Observa-se, portanto, como a produção intelectual de Manuel Querino nos ajuda a ampliar os estudos na História da Educação sobre a ação dos diferentes intelectuais negros na busca pela mudança social, não perdendo de vista que esta passava pela questão educacional.

Após a abolição da escravatura, a preocupação e a luta de Manuel Querino continuaram favoráveis à educação artística, primária e profissional, bem como à valorização do trabalho para a garantia da plena liberdade. A sua presença no magistério e na política, após o fim da escravidão, defendendo a continuidade de seu projeto para o Brasil, indica que as reformas sociais estavam longe de se concretizarem com o 13 de maio de 1888. A história das relações entre os negros e a educação - relações que implicaram complexos e contraditórios procedimentos de exclusão, de estranhamento e de esquecimento, mas que também implicaram em mecanismos de inclusão, de conquista, de resistência e de lutas pelo acesso -, permanece constituindo um dos grandes desafios.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 167-182.

CALMON, Jorge. **Manuel Querino, o jornalista e o político**. Centro de Estudos Afro-orientais da UFBA, 1973.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. (311 fls.) Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

ELIAS, Norbert. A individualização no processo social. In **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 102-125.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923**. São Paulo: Annablume, 2009.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 167-182.

MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial**. (300 fls.) Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.) **O Brasil imperial**. Vol. III- 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha e PINTO, Regina (Orgs.). **Negro e educação: identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, Anped, 2005.

PEREIRA, Gonçalo de Ataíde. **Prof. Manuel Querino, sua vida e suas obras**. Bahia: Imprensa Oficial, 1932.

QUERINO, Manuel Raymundo. **A Bahia de Outr'ora – vultos e factos populares**. Bahia: Livraria Econômica, 1946.

_____. **As Artes na Bahia (Escorço de uma contribuição histórica)**. 2ª Ed. Melhorada. Salvador-Ba, Oficinas do Diário da Bahia, 1913.

_____. **Costumes Africanos no Brasil**. 2ª Ed. Ampliada e comentada. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massagana, 1988.

_____. **O colono negro como fator de civilização brasileira**. Bahia Imprensa Oficial, 1988.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional. Estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática**. Set. de 1874 a set. de 1883. A J, Lamourex & Co. , 2ª Ed., fac-simile. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, Recife, 1988.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHUELER, Alessandra. **Intelectuais negros, reformas sociais e educação no Rio de Janeiro (1870-1910)**. Projeto de pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História Social da Educação, Campo Diversidade, desigualdades sociais e educação, julho de 2011.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SILVA, Adriana M. Paulo. **Aprender com Perfeição: Escolarização e construção da Liberdade na Corte na primeira metade do século XIX**. Brasília, Plano, 2002.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Tradução de Dora Rocha, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-269.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

THOMPSON, Edward Palmer. **O termo ausente**: experiência. In: _____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-200.